



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem do Presidente:

2019 – O ano da Virada da NUCLEP

Começamos o ano com uma reestruturação total dos membros da Diretoria Executiva eleitos pelo Conselho, nosso órgão máximo de administração. Tomaram posse, logo no início ano, o Contra-Almirante (RM1) Oscar Moreira da Silva Filho, como Diretor Administrativo, o Capitão de Mar e Guerra (EN) Wallace Affonso Alves, como Diretor Industrial, e, o Engenheiro Mecânico Nicola Mirto Neto, como Diretor Comercial.

Feitos os ajustes iniciais, estabelecemos nossas metas para o ano, em linha com as diretrizes estratégicas, no sentido de buscar, sempre, melhores resultados com transparência na gestão.

Apesar dos nossos números financeiros e contábeis ainda não refletirem todo o esforço executado no ano de 2019, passos importantes foram dados na gestão, preparando a Companhia para os próximos anos, haja vista que os novos negócios estão gradualmente se materializando.

Melhor explicando, os novos negócios e contratos celebrados no ano de 2019, terão reflexos nos resultados da companhia somente nos anos seguintes, uma vez que se tratam de obras, cujas execuções são de médio e longo prazo.

Assinamos contrato com a Amazul para fabricar parte do protótipo do reator nuclear que está sendo desenvolvido pela Marinha do Brasil. Trata-se do modelo do reator que vai equipar o futuro submarino de propulsão nuclear. O contrato em questão labora no cerne do objetivo para o qual a NUCLEP foi criada, consagrando a Companhia como empresa estratégica do país.

Conseguimos retomar nossa atuação no setor de petróleo e gás, com contrato para fornecimento de Torre de Processo de Regeneração de Amina celebrado junto à Petrobras.

Firmamos também um contrato para fabricação de uma máquina "Stacker / Reclaimer" (Empilhadeira / Recuperadora de minério) com a alemã Thyssenkrupp, diversificando a carteira de negócios da Companhia.

Fechamos importante parceria estratégica para atuação no setor de transmissão de energia elétrica, com a montagem de uma linha de produção com capacidade de 12 mil toneladas/ano.

Importante citar o bem-sucedido Plano de Apoio à Aposentadoria iniciado em 2018 e encerrado em 2019. Essa foi uma etapa importante no sentido de atender anseios daqueles que cumpriram com sua missão de forma valerosa e de otimizar os recursos da Companhia. Outros desligamentos foram feitos em razão da necessidade de redimensionamento da força de trabalho, deixando a Companhia mais competitiva e condizente com o cenário de restrição orçamentária que vive o país.

O ano de 2020 certamente exigirá um esforço ainda maior da Direção da Companhia na busca permanente de novos negócios. Entretanto, se espera um ano mais promissor, com a retomada nos setores de atuação da Companhia. Neste sentido, a Administração da Companhia acredita que está ainda mais preparada para atender, com qualidade e no prazo, os clientes que surgirão neste novo ciclo de crescimento.

Reafirmamos nosso compromisso no sentido de gerar mais valor para a Companhia, e, por conseguinte, para a Sociedade, sempre com transparência na condução dos nossos negócios.

O objetivo deste relatório é compartilhar com a Sociedade informações confiáveis e, também, apresentar nossas principais estratégias, em conformidade com o Planejamento Estratégico da Companhia para o período de 2020-2024.

Agradecemos a todos aqueles que aderiram ao Plano de Apoio à Aposentadoria por conta dos diversos anos de dedicação à NUCLEP.

Agradecemos, também, aos nossos acionistas, especialmente à acionista majoritária, a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, à Marinha do Brasil, parceira de longa data pela confiança depositada nos profissionais da NUCLEP em todos esses anos, como também, ao Ministério de Minas e Energia, na pessoa do Ministro de Estado de Minas e Energia, Almirante de Esquadra Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior, e de seus assessores, pela confiança e pelo apoio em todas as decisões da Direção da Companhia, aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, aos integrantes do Comitê de Auditoria e Elegibilidade, fornecedores de bens e serviços e seus trabalhadores, às autoridades dos governos federal, estadual e dos municípios e aos nossos empregados, pelo comprometimento com os objetivos da Companhia para o desenvolvimento do nosso Brasil.

Contra-Almirante (RM1) Carlos Henrique Silva Seixas
Presidente

Diretores:

"Passamos por grandes desafios em 2019, porém superamos com criatividade, gestão e profissionalismo. Esperamos um ano de 2020 de concretizações fruto do que semeamos".

Contra-Almirante (RM 1) Oscar Moreira da Silva Filho
Diretor Administrativo

"Ainda temos muito o que fazer no restabelecimento da capacidade industrial plena e na modernização dos processos fabris. Queremos fazer grandes coisas para o Brasil. Somos a NUCLEP!"

Capitão de Mar e Guerra (EN) Wallace Affonso Alves
Diretor Industrial

"As expectativas de 2020 são muito animadoras. Prospectamos muitos clientes e oportunidades em 2019 que culminaram com o envio de propostas, algumas contratadas e outras em negociação. Estamos confiantes que, para o ano que se inicia, celebraremos importantes contratos".

Engenheiro Nicola Mirto
Diretor Comercial

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Visão geral da estrutura organizacional e ambiente externo:

Somos uma sociedade de economia mista, de capital fechado, com atuação na indústria de caldeiraria pesada, com tecnologia, equipamentos, pessoal qualificado e certificações adequadas para fornecer equipamentos, com alta complexidade de fabricação, sob encomenda, para os principais mercados de atuação: Energia Nuclear, Defesa, Petróleo e Gás e outros.

A NUCLEP tem por objeto social projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados relativos à usinas nucleares, construção naval, offshore e outros projetos.

Somos a única empresa brasileira que detém a certificação ASME III, emitida pela American Society of Mechanical Engineers, que nos qualifica para a fabricação de componentes nucleares.

A combinação de certificações, maquinários, pessoal e localização privilegiada, no sul do Estado do Rio de Janeiro, a menos de 500km de grandes mercados brasileiros, como o próprio Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, aliada ao fato de dispor de um terminal portuário privativo, faz da NUCLEP uma empresa única e estratégica para o fornecimento de equipamentos de grande porte para o desenvolvimento e soberania do Brasil.

1.1- Composição acionária:

Nossa acionista majoritária é a CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear. A CNEN é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), criada em 1956 e estruturada pela Lei 4.118, de 27 de agosto de 1962, para desenvolver a política nacional de energia nuclear.



Por conta do Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019, que dispôs sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta do novo Governo, a NUCLEP passou a vincular-se ao Ministério de Minas e Energia.

1.2- Missão, Visão e Valores:

Missão: Atender às demandas estratégicas, principalmente nas seguintes áreas de atuação: Nuclear; Defesa; Petróleo e Gás; e Geração de outras fontes de energia.

Visão: Ser empresa de referência na fabricação de equipamentos e componentes pesados para atender as demandas estratégicas da nação e habilitada a absorver e desenvolver, continuamente, novas tecnologias.

Valores: Profissionalismo, Qualidade, Valorização Humana e Confiabilidade.

1.3- Estrutura Organizacional:

Assembleia Geral dos Acionistas

É o órgão supremo por meio do qual os sócios tomam relevantes decisões que irão determinar a forma de conduzir a sociedade, incluindo a prestação de contas e exercício de transparência pela administração.

Até 31/12/2019, os acionistas da Companhia realizaram três assembleias gerais, sendo uma ordinária (43ª AGO) e duas extraordinárias (103ª à 104ª AGE) para deliberações de ordem legal, como é o caso dos temas obrigatórios da AGO, como também, para outros assuntos, como foram os casos das AGEs.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão colegiado encarregado do processo de decisão da organização em relação ao seu direcionamento estratégico. Ele exerce o papel de guardião dos princípios, valores, objeto social e sistema de governança da organização.

Em 31/12/2019, a Companhia contava com 6 conselheiros de administração e, ao longo do referido ano, foram realizadas onze (116ª à 126ª) reuniões para deliberações sobre vários assuntos, desde plano de negócios e estratégia de longo prazo, até projetos de investimentos.

Nome	Cargo	Representante
Ministro de Estado de Minas e Energia, Almirante de Esquadra Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior	Presidente	Ministério de Minas e Energia
Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen	Membro	Marinha do Brasil
Contra-Almirante Thadeu Marcos Orosco Coelho Lobo	Membro	Marinha do Brasil
Contra-Almirante (RM 1) Carlos Henrique Silva Seixas	Membro	Presidente da NUCLEP
Julieta Costa Cunha	Membro	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Marcilio Pereira da Silva	Membro	Representante dos Empregados da NUCLEP

Conselho Fiscal

Eleitos periodicamente pela Assembleia Geral, o Conselho Fiscal funciona em caráter permanente e atua como órgão autônomo e fiscalizador dos atos de gestão da Alta Administração da Companhia.

Em 31/12/2019, a Companhia contava com 3 conselheiros fiscais titulares (e 3 suplentes). Ao longo do referido ano, foram realizadas onze (221ª à 231ª) reuniões no âmbito das atribuições deste conselho.

Nome	Cargo	Representante
Sérgio Alonso da Costa	Presidente	Tesouro Nacional
Alfonso Orlandi Neto	Membro	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Engels Augusto Muniz	Membro	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Diretoria Executiva

É composta por 4 (quatro) Diretores - Presidente, Diretor Administrativo, Diretor Industrial e Diretor Comercial - eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração.

No ano de 2019, foram realizadas vinte e três (626ª à 648ª) Reuniões da Diretoria Executiva (RDE).

Nome	Cargo
Contra-Almirante (RM 1) Carlos Henrique Silva Seixas	Presidente
Contra-Almirante (RM 1) Oscar Moreira da Silva Filho	Diretor Administrativo
Capitão de Mar e Guerra (EN) Wallace Affonso Alves	Diretor Industrial
Nicola Mirto Neto	Diretor Comercial

Comitê de Auditoria

É composta por 3 (três) membros eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração. Ao longo do exercício de 2019, foram realizadas vinte e quatro (14ª à 37ª) Reuniões do Comitê de Auditoria (COAUD).

Nome	Cargo
Vitor Knibel Palacios	Presidente
Luiz Angelo de Carvalho Filippo	Membro
Adilson Dias Oliveira	Membro

Comitê de Elegibilidade

Igualmente obrigatório por conta da atual legislação, tem, dentre outras, as seguintes competências, conforme previsto no Decreto nº 8.945/16, que regulamentou a Lei nº 13.303/16:

• Verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores e dos Conselheiros Fiscais.

Opinar, de modo a auxiliar os acionistas na indicação de administradores e Conselheiros Fiscais sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições;

É composto por 3 (três) empregados de carreira, escolhidos e destituíveis pelo Conselho de Administração. Até 31/12/2019, foram realizadas treze (29ª à 41ª) Reuniões do Comitê de Elegibilidade.

Nome	Cargo
Diego Cunha Brum	Presidente
Rosângela Vieira Paes da Silva	Membro
Guilherme Amaral Tepedino	Membro

Auditoria Interna

Subordinado diretamente ao Conselho de Administração, este órgão tem a responsabilidade de monitorar, avaliar e realizar recomendações visando a aperfeiçoar os controles internos e as normas e procedimentos estabelecidos pelos administradores.

Ouvidoria

Como canal institucional de interlocução, oferecemos aos nossos públicos interno e externo um canal exclusivo para o recebimento de denúncias, que permite encaminhar dúvidas, críticas, sugestões e denúncias, garantindo o anonimato do denunciante que optem por não se identificar.

Secretaria de Governança e Escrituração

A Presidência conta com o apoio de uma Secretaria de Governança e Escrituração para aprimorar o funcionamento do sistema de governança, a qual incumbe, dentre outras atribuições, as seguintes:

Prestar assessoramento e apoio administrativo ao Presidente da NUCLEP;

Agendar, organizar e prestar apoio nas Assembleias Gerais de Acionistas e nas reuniões do Conselho de Administração, sob as orientações do Presidente da NUCLEP e;

Secretariar as Assembleias Gerais e as reuniões do Conselho de Administração, lavrando as suas respectivas atas.

Corregedoria

A Corregedoria-Seccional da NUCLEP é responsável pelas atividades relacionadas à prevenção e apuração de responsabilidade, por meio de instauração e condução de procedimentos correccionais.

A Corregedoria-Seccional tem por finalidade, dentre outras:

I. Coordenar as atividades correccionais, sob sua responsabilidade, com as atividades dos demais integrantes do Sistema de Correição: organizando e fornecendo informações sobre os processos em curso, participando de atividades conjugadas com os demais integrantes e sugerindo medidas de aprimoramento para o melhor funcionamento do sistema correccional;

II. Exercer a supervisão do funcionamento e execução dos processos e procedimentos correccionais no âmbito da NUCLEP, quais sejam: Investigação Preliminar, Inspeção, Sindicância, Termo Circunstanciado Administrativo – TCA, Termo Circunstanciado Administrativo – TCA, Termo Ajustamento de Conduta – TAC, Processo Administrativo Geral, Processo Administrativo Disciplinar;

III. Recomendar a instauração dos processos e procedimentos disciplinares que se façam necessários.

1.4- Ambiente externo:

Estamos sujeitos a variáveis exógenas que podem impactar diretamente nossos mercados de atuação. Para tanto, contamos com as ferramentas do nosso Planejamento Estratégico para fazer análises que contribuam com os processos de tomada de decisão.



✓ Os aspectos políticos mostram como o estado político do Brasil está no momento da análise e como está previsto para os anos seguintes;

✓ Os fatores tecnológicos abrangem aspectos positivos e negativos em termos de aplicação de novas tecnologias;

✓ Os fatores econômicos levam em consideração o panorama econômico brasileiro e mundial e como este panorama pode exercer influência na empresa;

✓ Os fatores legais abrangem as leis e estatutos que regem a operação da empresa em todos os seus ramos de atividade;

✓ Os fatores sociais incluem os aspectos culturais do país e principalmente a sociedade ao redor da empresa; e

✓ Por fim, os fatores ambientais avaliam requisitos de meio ambiente relacionados à operação da empresa.

Para os próximos anos, esperamos oportunidades de negócios, nos principais mercados de atuação da NUCLEP:

Mercado de Energia Nuclear

O mercado de componentes pesados para o setor nuclear divide-se basicamente em cinco partes:

- Fabricação de componentes para a usina nuclear Angra 3;
- Fabricação de componentes para futuras usinas nucleares;
- Fabricação de componentes para o Reator Multipropósito Brasileiro;
- Fabricação de componentes e serviços para as Indústrias Nucleares do Brasil;
- Fabricação de componentes pesados para outros projetos nucleares.

Para o horizonte de 2020, as melhores possibilidades estão no término dos equipamentos para Angra 3, na prestação de serviços para a Eletronuclear, no início da fabricação de componentes para o Reator Multipropósito Brasileiro e na fabricação de estrutura metálica, ajuste e montagem para unidade móvel da CNEN-SP-IPEN.

Mercado de Defesa:

Para a NUCLEP, o mercado de defesa é constituído, principalmente, por dois projetos:

- O Laboratório de Geração Nucleoelétrica = LABGENE do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo – CTMSP;
- O Programa de Submarinos da Marinha – PROSUB.

O LABGENE constitui-se no protótipo do reator que futuramente será utilizado na propulsão do primeiro submarino nuclear da Marinha do Brasil (SN-BR).

O contrato foi assinado em Itaguaí (RJ) no dia 11 de outubro de 2019, prevê a fabricação, montagem e fornecimento do vaso (cilindro) e estruturas internas de contenção e a fabricação do tanque de blindagem primária do chamado LABGENE – Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica, concebido como um protótipo, em terra e em escala real, dos sistemas de propulsão que serão instalados no SN-BR.

Mercado de Petróleo e Gás:

As oportunidades de negócios no setor de Petróleo e Gás estão relacionadas com retomada da indústria de petróleo e gás no país. Apenas nos leilões já realizados haverá a contratação para construção de 66 novas plataformas. Grandes obras são esperadas para os próximos anos.

A NUCLEP pode se apresentar como uma alternativa para os grandes contratantes, pelo fato de ter mantido seu parque industrial operando e sua mão de obra constantemente treinada.

Relembramos que, no mês de outubro de 2019, a NUCLEP venceu a licitação da Petrobrás para a construção de uma torre de regeneradora de processo de DEA, em Betim, Minas Gerais, reafirmando sua posição no referido setor.



NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A.
CNPJ Nº 42.515.882/0001-78

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
RECEITA LÍQUIDA	26	289.647	362.862
Custo dos produtos e serviços vendidos	27	(3.867)	(49.512)
RESULTADO BRUTO		285.780	313.350
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e comerciais	28	(282.562)	(309.573)
Tributárias		(2.179)	(2.254)
Financeiras líquidas	29	(1.974)	(3.651)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		(286.715)	(315.478)
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS			
TOTAL DE OUTRAS DESPESAS E RECEITAS			
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		(935)	(2.128)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(935)	(2.128)
Número de ações em lote de mil		61.210	61.210
Resultado do exercício por ação em R\$		(0,02)	(0,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro (prejuízo) do exercício	(935)	(2.128)
Outros resultados abrangentes	(4.809)	(4.719)
Realização da Reserva de Reavaliação	(4.809)	(4.719)
Resultado abrangente	(5.744)	(6.847)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Milhares de Reais)

	2019	2018
Receitas		
Receita bruta de vendas de produtos e serviços	20.319	13.036
Insumos próprios e adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos e serviços prestados	(3.867)	(49.512)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(27.475)	(25.272)
Valor adicionado bruto	(31.342)	(74.784)
Depreciação, amortização e exaustão	(8.659)	(10.488)
Redução ao Valor Recuperável - Resultado	(1.950)	-
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(21.632)	(72.236)
Valor adicionado recebido em transferência		
Recursos orçamentários do Tesouro Nacional	283.659	356.258
Receitas financeiras	181	204
Valor adicionado total a distribuir	262.208	284.226
Distribuição do valor adicionado		
Salários e encargos	205.685	205.731
Honorários de diretoria	1.352	1.478
Planos de aposentadoria e pensão	32.000	33.223
Provisões (trabalhistas, cíveis e tributárias)	5.441	33.381
Impostos, taxas e contribuições	2.179	2.254
Impostos Federais sobre vendas	224	192
Impostos Estaduais sobre vendas	14.074	6.152
Impostos Municipais sobre vendas	33	88
Juros e atualizações monetárias	2.155	3.855
Resultado do exercício	(935)	(2.128)
Valor adicionado distribuído	262.208	284.226

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DO CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado do exercício	(935)	(2.128)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Variáveis monetárias líquidas	1.819	3.386
Depreciações	10.161	10.474
Amortizações	19	14
Impairment	1.950	-
Baixa/Ganho no ativo imobilizado	(21)	11
Baixa no ativo intangível	250	-
Baixa de passivo circulante - Adesão ao REFIS	(4.208)	4.209
Realização das subvenções de investimentos	(3.939)	1.800
	5.096	17.766
(Aumento) Redução do Ativo		
Contas a receber	(6.152)	(29.783)
Outros créditos	(287)	763
Estoques	(63.225)	(35.490)
Depósitos recursais e cauções	1.297	(535)
Impostos a recuperar	(1.482)	(568)
	(69.849)	(65.613)
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	(10.238)	(9.858)
Obrigações trabalhistas e sociais	(13.960)	16.041
Obrigações tributárias	2.037	(4.273)
Previdência privada	20.940	19.640
Obrigações com clientes	393	2.125
Subvenções a realizar/outras	83.326	34.187
Provisões	1.717	30.831
	84.215	88.693
Fluxo Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	19.462	40.846
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de investimento	-	(30)
Aquisição de imobilizado	(2.089)	(4.071)
Baixa de imobilizado	3	-
Aquisição de intangível	-	(403)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Subvenções para amortização de dívida - Nucleos	(18.485)	(17.487)
Fluxo de Caixa Gerado (Aplicado) no Exercício	(1.109)	18.855
Aumento (Redução) nas Disponibilidades		
Saldo final do disponível (2018 / 2017)	45.386	26.531
Saldo final do disponível (2019 / 2018)	44.277	45.386
Varição no Saldo das Disponibilidades	(1.109)	18.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2018		61.210	41.582	159.864	(66.609)	196.047
Realização reserva de reavaliação	20	-	(4.719)	-	4.719	-
Baixa de IR e CSSL - Anistia - Adesão ao REFIS	-	-	-	-	4.209	4.209
Resultado do exercício	-	-	-	-	(2.128)	(2.128)
Saldo publicado em 31 de dezembro de 2018		61.210	36.863	159.864	(59.809)	198.128
Realização reserva de reavaliação	20	-	(4.809)	-	4.809	-
Realização reserva de reavaliação - Baixa	-	-	-	-	(90)	(90)
Baixa de IR e CSSL - Anistia - Adesão ao REFIS	-	-	-	-	(4.208)	(4.208)
Resultado do exercício	-	-	-	-	(935)	(935)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		61.210	32.054	159.864	(60.233)	192.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em Milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A – NUCLEP, (denominada "NUCLEP" ou "Companhia"), empresa de capital fechado, é uma sociedade de economia mista, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. Sua sede está situada no Edifício RB1, Avenida Rio Branco, nº 01 – Sala 1610, Centro – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 20.090-003. Sob o controle acionário da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, com objetivo social de projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados para usinas nucleares, assim como equipamentos para a construção naval e offshore, e outros projetos.

Em face da falta de investimentos na área nuclear e atuando em um mercado bastante restrito, a empresa é obrigada a reorientar suas atividades econômicas para outros segmentos. Com isso, a necessidade de capital de giro vem sendo suprida com os recursos da União, que durante o exercício de 2019 foram de R\$ 283.659 mil (2018: R\$ 356.258 mil).

A empresa mantém os seguintes benefícios aos seus empregados e dirigentes: Plano de assistência médico-odontológico, extensivo aos dependentes; alimentação; transporte e plano de previdência privada com coparticipação dos empregados.

2. PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Companhia adotou todas as normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB, mediante revisão do pronunciamento já interpretado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em vigência até 31 de dezembro de 2019. Quanto as novas normas e interpretações ainda não efetivadas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020, a empresa não adotou essas alterações na elaboração destas demonstrações financeiras e não tem intenção de adotar de forma antecipada.

As presentes Demonstrações Financeiras, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2020.

A Administração da Companhia, ratifica que todas as informações relevantes das Demonstrações Financeiras, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na sua gestão.

2.1. Demonstração do valor adicionado - DVA

A companhia elaborou a DVA nos termos da Deliberação CVM nº 557/08 e do Pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual, é apresentada como parte integrante das Demonstrações Financeiras.

2.2. Demonstração do Resultado Abrangente – DRA

Embora não esteja previsto na Lei 6.404/76, a companhia elaborou a DRA conforme resolução CFC nº 1.185/09; CPC 26 e CVM 676/11, sendo parte integrante das demonstrações financeiras.

2.3. Uso de Estimativas e Julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, é necessário fazer uso de estimativas com base em premissas que alteram os valores dos ativos e passivos, com reflexos nas receitas e despesas. Essas estimativas correspondem: avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo; vida útil do ativo imobilizado; análise de risco de crédito para determinação provisão para Estimativa de Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa – EPCLD, assim como da avaliação dos demais riscos relacionados a outras provisões, como contingências pertinentes aos processos judiciais (trabalhistas; cíveis e tributárias). Embora a administração faça uso de avaliações que são revisados periodicamente, os resultados reais poderão divergir dessas estimativas.

2.4. Base de Conversão de Moeda

a) A moeda funcional e a de apresentação

A moeda funcional e a moeda de apresentação da companhia, é o Real (R\$).

b) Transações e saldos monetários

As operações com moedas estrangeiras, são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são mensurados. Variações positivas e negativas cambiais decorrentes da liquidação dessas operações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, oriundas de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas adotadas pela empresa estão descritas a seguir:

3.1. Aos instrumentos financeiros ativos e certos passivos, como empréstimos, recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, não se aplicam quaisquer ajustes para mensurá-los ao valor justo ou ao valor presente. Não se tem a mensuração do valor de mercado desse instrumento, dado que a intenção da entidade é ter os títulos até o vencimento.

3.1.1. Caixa e equivalente de caixa compreendem os numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis de curto prazo, com livre movimentação nas operações da empresa.

3.1.2. As contas a receber estão registradas ao valor original das vendas de produtos e serviços, com perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, julgados suficientes pela administração, conforme Nota 5.

3.1.3. Ao ativo realizável a longo prazo, não se aplicam a apuração de perdas ou desvalorização.

3.1.4. Outros créditos estão registrados ao valor original.

3.2. Os estoques estão registrados ao valor do custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado ou de reposição.

3.3. O imobilizado está registrado ao preço de aquisição, sendo considerada a estimativa de vida útil econômica, o valor residual e a taxa de depreciação dos bens estabelecidos no CPC 27 aprovado pela deliberação CVM 583/09. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas compatíveis com o prazo de vida útil dos bens. O valor residual e a vida útil do ativo são revisados ao final de cada exercício.

3.3.1. Quanto aos Pronunciamentos Técnicos CPC 01 e 13, aprovados respectivamente pelas Deliberações CVM nº 639/10 e 565/08 a Nuclep contratou em 21 de dezembro de 2018 a Moreira & Andrade Ltda ME, através de processo licitatório de número contratual C-1252/CS-709, para avaliação patrimonial de seus bens móveis, serviços de inventário físico com empacotamento dos bens, conciliação entre os controles físico e contábil, atualização de sistema patrimonial ERP em uso, por meio de avaliação de ativos com fundamentação técnica para a determinação do valor recuperável dos ativos (impairment test) e vida útil residual em conformidade com as legislações vigentes.

3.3.2. Como resultado da avaliação realizada pela empresa Moreira & Andrade Ltda ME, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 23 aprovado pela Deliberação CVM nº 592/09, ocorreram mudanças de estimativas contábeis referentes a vida útil e valor residual que afetam os períodos corrente e os futuros durante a vida útil remanescente desses ativos. Houve somente mudança de estimativas contábeis para os bens que sofreram a Redução ao Valor Recuperável.

Grupo do Ativo Imobilizado	Sem aplicação da Avaliação Patrimonial	Aplicação da Avaliação Patrimonial		Redução da Depreciação
		Soma de Depreciação a partir de Agosto/2019	Soma de Depreciação a partir de Setembro/2019	
Demais Equipamentos	(806.701)	(537.801)	(103.792)	165.109
Máquinas e Equipamentos Industriais	(801.319)	(534.213)	(88.247)	178.859
Móveis e Utensílios	(96.249)	(64.166)	(12.276)	19.807
Tecnologia da Informação e Comunicação	(83.511)	(55.674)	(15.428)	12.409
Total Geral	(1.787.780)	(1.191.853)	(219.743)	376.184

3.3.3. Conforme nota 25.2 a NUCLEP realizou no ano base de 2000, a reavaliação dos seus bens do ativo imobilizado, o que era permitido na época. Em 2016, iniciou um plano de diretrizes para implementação de avaliação nos ativos fixos da empresa para os próximos anos. A estimativa para 2018 apresentada no plano de negócio da empresa foi realizada com o design e a nova tecnologia para as planilhas de patrimônio e a celebração de contrato com empresa especializada em avaliação patrimonial de bens móveis e inventário, conforme nota 3.3.1. Para o exercício corrente e o próximo, estão assim apresentadas:

Plano de Diretrizes do Setor de Contabilidade Patrimonial

Executado até o 4º trimestre de 2019

- Incorporação 100% no SIAFI dos resultados obtidos com o Serviço de Avaliação Patrimonial
- Laudo de análise sobre a recuperação dos valores do imobilizado – Impairment Test validados
- Laudo de revisão e ajuste dos critérios utilizados para determinação de vida útil econômica estimada e para cálculo de depreciação validados e conciliados.
- Atendimentos à Controladoria Geral da União (CGU) quanto aos assuntos pertinentes ao imobilizado.

Plano de Diretrizes do Setor de Contabilidade Patrimonial

A Executar no 1º Trimestre de 2020

- Incorporação no ERP dos resultados obtidos com o Serviço de Avaliação Patrimonial
- Segregação de funções por setor dos controles físico e contábil dos bens do imobilizado
- Atualização do sistema de controle patrimonial ERP (Módulo Ativo Fixo) mediante a contratação de suporte especializado.
- Atualização do Plano de Contas Gerencial no ERP (Módulo Contábil)
- Confecção de Relatórios do Ativo Fixo via ERP.

3.4. As provisões trabalhistas contingenciais, são mantidas regularmente com encargos sociais e foram estimadas com base na opinião do nosso setor jurídico.

3.5. Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos quando da entrada dos recursos líquidos e são apresentados pelo custo, acrescido de atualização monetária e juros proporcionais ao período incorrido, deduzidos dos pagamentos efetuados.

3.6. A reserva de reavaliação será mantida até a realização total dos ativos que a originaram, por meio de depreciação.

3.7. As receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade, de modo que esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados, compreendendo o valor das vendas de produtos e serviços, sendo reconhecidas pelo regime de competência.

3.8. Subvenções, são assistências financeiras governamentais recebidas do Tesouro Nacional, destinadas a investimentos (aquisição de ativos); pagamento de pessoal e custeio, reconhecidas pelo regime de competência nos períodos, ao longo dos quais, a entidade reconhece os custos/despesas. A subvenção relacionada aos investimentos (aquisição de ativos) é reconhecida como receita ao longo do período da vida útil do bem na mesma proporção da depreciação reconhecida no resultado do exercício.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Corresponde à conta única centralizada no Tesouro Nacional, a qual, a empresa está vinculada como usuária do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), onde movimentamos os recursos próprios e os recursos provenientes do tesouro nacional estabelecidos no orçamento.

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Pessoal	22.791	28.569
Custeio – Fonte Tesouro Nacional	4.514	5.582
Custeio - Fonte Própria	16.972	11.235
Total	44.277	45.386

Do limite de saque disponível, 26% desses recursos estão conciliados com pagamentos a serem realizados no exercício social subsequente. Os demais 74% estão vinculados da seguinte forma:

[a] Fonte Própria e Custeio Tesouro Nacional: referente aos pagamentos futuros de custeios e investimentos;

[b] Pessoal: vinculados para pagamentos de Salários, Previdência, Sentenças e outros.

5. CONTAS A RECEBER

Do total do Contas a Receber, 50% (cinquenta por cento) equivale ao crédito que a empresa tem com a Secretaria do Tesouro Nacional. Este crédito foi constituído com base na portaria n.º 1, de 11 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, onde estabeleceu que empresas como a NUCLEP que fazem parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, tenham direito a receber do Tesouro Nacional, recursos financeiros para pagamentos das dívidas judiciais, transitadas e julgadas. Os demais 50% (cinquenta por cento) restantes, são decorrentes das atividades econômicas da empresa.

Contas a Receber - Líquido	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Fatura/Duplicata a Receber - Produtos	24.576	24.551
Fatura/Duplicata a Receber - Prestação de Serviços	2.954	3.054
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.388)	(15.388)
Secretaria do Tesouro Nacional	12.042	18.214
Total	24.184	30.431

Com relação a provisão para Estimativa de Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa, a empresa utiliza os seguintes critérios:

a) As perdas que já possuem uma declaração de insolvência do devedor, mediante sentença emanada pelo poder judiciário;

b) Todos os títulos com valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por operação já vencidos há mais de um ano;

6. ESTOQUES

São custos de produtos acumulados na elaboração da produção, a serem faturados. O saldo de importações em andamento, refere-se aos custos/despesas de matéria prima e de item de estoque, aguardando a finalização do desembaraço. No locante ao aspecto quantitativo, a produção em processo representa 86% (oitenta e seis por cento) do estoque total (2018: 83%). Desta forma, os saldos relativos aos estoques estão assim demonstrados:

Produtos em Processo - Circulante	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Eletronuclear	29.887	12.099



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



após o encerramento do ano calendário.

Tributos Federais	Dezembro 2019	Dezembro 2018
IPÍ	1.573	1.254
Imposto de Renda e C.S.L.L.	182	72
COFINS	3.002	1.889
PASEP	648	407
	5.405	3.622
Tributos Estaduais e Municipais	Dezembro 2019	Dezembro 2018
ICMS	-	301
ISS	1	-
	1	301
Total de Impostos a Recuperar	5.406	3.923

8. OUTROS CRÉDITOS

Demais Créditos a Receber Líquido	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Adiantamentos a Fornecedores	3.158	2.106
Adiantamentos a Empregados (13º Sal. e Férias)	2.981	3.750
Outras Contas	354	350
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(703)	(703)
Total	5.790	5.503

9. CONTAS A RECEBER (NÃO CIRCULANTE)

Com base nas garantias concedidas pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, atual Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST e que teve como consequência a constituição de um passivo orçamentário por parte do Tesouro Nacional, a NUCLEP e o Instituto de Seguridade Social – NUCLEOS, firmaram em 2007, um Termo de Transição que viabiliza a amortização da dívida a ser paga em 360 meses (até Outubro 2039). Desta forma e considerando a documentação mencionada acima, acrescida da portaria nº 1 de 11 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, onde estabelece que empresas como a NUCLEP que fazem parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, tem direito a receber do Tesouro Nacional recursos financeiros para pagamentos das dívidas judicializadas, a NUCLEP constitui um contas a receber da Secretaria do Tesouro Nacional. O impacto na STN alcançará cinco Planos Plurianuais – PPA visto que a amortização da dívida se encerra em até 2039.

Para os efeitos contábeis estabelecidos na Lei 6.404/76, art. 179, os direitos a serem recebidos após o exercício social subsequente devem ser apresentados no Ativo Realizável a Longo Prazo. Do total do Contas a Receber, 94% (noventa e quatro por cento) equivale ao crédito que a empresa possui com a Secretaria do Tesouro Nacional, assim demonstrado:

Direitos a Receber de Longo Prazo	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Secretaria do Tesouro Nacional:		
Núcleo – Instituto de Seguridade Social	206.723	198.096
Reclamações Cíveis	32.570	32.084
Reclamações Trabalhistas	4.876	3.644
TOTAL	244.169	233.824
Plano Médico – coparticipação empregados	16.007	12.663
Duplicatas a Receber - INB	-	1.290
Total	260.176	247.777

Os direitos a receber com coparticipação dos empregados 68% são referentes aos empregados ativos (R\$ 10.891 mil) e 32% são referentes aos ex empregados (inativos) que correspondem a R\$ 5.116 mil). Ambos os direitos são controlados pela assistência do plano médico da Nuclep.

10. DEPÓSITO RECURSAIS

Correspondem a depósitos judiciais vinculados a diversos processos trabalhistas. Por não concordar com as decisões proferidas pela justiça, a NUCLEP se vê na obrigação de recorrer diante da expectativa e da possibilidade de reverter enquanto couber recurso.

Composição	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Processos Trabalhistas	12.459	11.946
Demais depósitos	127	-
Total	12.586	11.946

11. CAUÇÕES

São depósitos efetuados conforme estabelecidos em cláusulas contratuais, a serem resgatados após encerramento dos respectivos contratos, a saber:

COMPOSIÇÃO	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Eletro nuclear	4.630	4.630
Itaguaí Construções Navais - ICN	0	1.937
Impsa	250	250
Total	4.880	6.817

12. INVESTIMENTOS

Valor correspondente aos depósitos compulsórios a favor da Eletrobrás efetuados na década de 80, conforme diversas faturas de cobrança de energia elétrica, convertido em 6.036 ações nominais a favor da NUCLEP.

13. IMOBILIZADO

Grupo do Ativo Imobilizado	Ativo Imobilizado Líquido - 2018	Aquisições de Ativos - 2019	Baixas de Ativo (Reavaliados)	Baixas / Transferências de Ativo (Perda)	Depreciação do Período	Perda do Valor Recuperável	Transferências Internas - Depreciação	Ativo Imobilizado Líquido - 2019
Terreno	161.424	-	-	-	-	-	-	161.424
Edifícios	50.765	-	-	-	(1.755)	-	-	49.010
Máquinas e Equipamentos Industriais	46.751	1.106	(90)	(6.618)	(5.992)	(645)	1.234	35.745
Instalações	5.776	-	-	(308)	(92)	-	-	5.377
Demais Equipamentos	7.234	737	(3)	2.240	(760)	(925)	(1.096)	7.427
Tecnologia da Informação e Comunicação	2.493	156	-	(12)	(1.059)	(150)	(128)	1.299
Móveis e Utensílios	1.571	90	-	(2)	(427)	(229)	(10)	993
Veículos	136	-	-	(2)	(71)	-	-	63
Demais Bens Móveis	16	-	-	4.724	(5)	-	-	4.735
Total Geral	276.167	2.089	(93)	21	(10.161)	(1.950)	(0)	266.073

[a] Impairment Test - Teste de Recuperabilidade: A empresa contratada apresentou uma perda de valor recuperável em R\$ 2.040 mil (1.236 bens). No resultado foi impactado somente R\$ 1.950 mil e os demais R\$ 90 mil foram impactados na baixa da reavaliação, apresentada no patrimônio líquido.

[b] Custo Atribuído - Deemed Cost: 8.074 bens foram avaliados em R\$ 80.240 mil e possuem contabilmente registros o valor contábil de R\$ 35.222 mil. Logo um ganho de R\$ 45.018 mil não reconhecido contabilmente por questões legais.

[c] Sobras Contábeis - R\$ 4.735 mil em bens não localizados fisicamente no processo de inventário, o que monetariamente representa 1,70% do imobilizado total. Portanto não foram baixados e sim reclassificados para a conta contábil no sistema integrado da administração federal - SIAFI "bens não localizados no inventário". Tal medida de prudência foi tomada para aguardar a realização do próximo inventário e assim regularizar sua classificação ou baixá-los.

[d] Sobras Físicas: Foram identificados 3.624 bens fisicamente nas dependências da Nuclep, avaliados em R\$ 11.204 mil, e que não são controlados contabilmente. O tratamento dado será o mesmo aplicado às Sobras Contábeis. Pois agora inicia um árduo trabalho de conciliação entre as bases de sobras contábil e física com o propósito de minimizar o excedente de perdas ou incorporações de bens.

13.1. Instalações NUCLEP: Com base na premissa, de que um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade, fizemos o reconhecimento contábil do terreno (R\$ 1.560 mil), como nosso ativo em 2012. Em seguida, a NUCLEP ajustou o valor contábil do imóvel com base em laudo de avaliações (R\$ 159.864 mil), com a finalidade de corrigir um erro material, fato esse que tornava as Demonstrações Financeiras deficientes em termos de relevância por ter um ativo registrado na contabilidade com o valor menor que o valor justo. Cabe frisar, que juridicamente a titularidade deste terreno onde se encontram as instalações da NUCLEP, está em nome das Indústrias Nucleares do Brasil – INB, sendo que o registro contábil deste imóvel, consta como bem patrimonial nas duas empresas, faltando apenas, a decisão a ser definida de comum acordo entre as empresas e órgãos superiores.

Em 14/09/2018, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC estabeleceu através do aviso nº 371/2018, a reabertura do processo nº 00400.006127/2010-18 que visa a regularização do terreno em que se encontra a fábrica da NUCLEP, o qual, constitui um grupo de trabalho com representantes da NUCLEP, INB, CNEN e MCTIC.

14. INTANGÍVEL

Correspondem a utilização de software relativo ao Enterprise Resource Planning – ERP, que está em fase de implantação pela empresa Benner. As 200 licenças de MS Office Standard foram baixadas devido ao obsolescência, compatibilidade e segurança, e substituídas pelo LibreOffice (software gratuito) devido a sua economicidade e independência tecnológica.

Composição	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Sistema de Governança Corporativo – ERP - BENNER	1.330	1.331
Softwares – SIEMENS	-	269
Total	1.330	1.600

15. SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS

São recursos oriundos do Tesouro Nacional, relacionados aos ativos imobilizados que foram adquiridos pela Companhia a partir do exercício de 2008, sendo reconhecidos como receita ao longo do período da vida útil do bem na mesma proporção de sua depreciação, de acordo com a Deliberação CVM nº 646/10 e o Pronunciamento Contábil nº 07 emitido pelo CPC. Os saldos estão apresentados a seguir:

Composição	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Aquisições	(40.096)	(44.484)
Receita realizada (acumulada)	5.981	6.430
Total	(34.115)	(38.054)

16. FORNECEDORES

Este saldo, é composto de obrigações com empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado; materiais para consumo imediato e serviços, como plano médico; transporte; alimentação e outros.

Composição	Dezembro 2019	Dezembro 2018
No país	21.654	32.061
No exterior	2.449	2.280
Total	24.103	34.341

17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

Salários e Condições

Devido a mudança de procedimento quanto ao pagamento da folha e de outros no tocante a pessoal através do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, o Tesouro Nacional investe na busca de melhoria na eficiência da utilização dos recursos, estabelecendo medida em que, os recursos serão transferidos da conta única, no dia subsequente após a emissão da ordem bancária, caracterizando desta forma, o efetivo pagamento da folha e de outros.

Férias

São obrigações apuradas individualmente até a data do encerramento do exercício pela área de recursos humanos, sendo composta de férias vencidas; proporcionais e de encargos sociais sobre as mesmas (INSS, FGTS, Outros).

Composição	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Salários e Condições	10.991	14.995
Férias	25.847	35.803
Total	36.838	50.798

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

São tributos que incidem sobre prestações de serviços e sobre as vendas entre outros, conforme contrato de comercialização e com recolhimento no prazo do vencimento.

Tributos por entes	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Tributos Federais	2.241	84
Tributos Estaduais	5	34
Tributos Municipais	-	90
Demais Taxas	-	2
Total dos Impostos a Recolher	2.246	210

19. OBRIGAÇÕES COM CLIENTES

Compreende os valores recebidos por conta de eventos contratuais de fabricação e a receita é reconhecida na proporção em que os eventos físicos de cada contrato são concluídos. Estão divididos em circulante e não circulante.

	Dezembro 2019		Dezembro 2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Centro Tecnológico da Marinha em SP - CTMSP	10.197	-	7.342	-
Indústrias Nucleares do Brasil - INB	-	1.033	-	1.033
Eletrobrás Nuclear S/A - Eletro nuclear	383	-	382	-
Itaguaí Construções Navais - ICN	-	-	2.462	-
Total	10.580	1.033	10.186	1.033

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Correspondem as consignações efetuadas na folha de pagamento dos empregados, inerentes a coparticipação de benefícios concedidos pela empresa, como refeição, assistência médica e outros para serem repassados para diversos credores. Em função da mudança de metodologia e do sistema de processamento relativos a assistência médica, diversos processos de cobrança foram gerados além do prazo inicialmente previstos no decorrer do exercício.

Composição	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Pensão Alimentícia	31	89
Planos de Previdência e Assistência e Seguro	26	29
Representantes de Classes	726	1.015
Consignações a Pagar	1.028	1.350
Depósitos Retidos	1.976	4.212
Demais Obrigações de Curto Prazo	-	8
Total	3.787	6.703

21. RECEITA DE SUBVENÇÃO A REALIZAR

São recursos financeiros recebidos do Tesouro Nacional, em forma de subvenção para cobrir custos/despesas que ainda não incorreram. De acordo com a deliberação CVM nº 646/10 e CPC 07 e considerando que a receita de subvenção, deve ser confrontada com as despesas que se pretende compensar, reclassificamos o excesso recebido para receita de subvenção a realizar. A subvenção do não circulante foram destinadas para custear aos contratos de construção de longo prazo, os quais, encontram-se em andamento.

	Dezembro 2019		Dezembro 2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Pessoal e Benefícios	18.604	28.537	10.634	24.609
Tecnologia da Informação	-	1.330	-	-
Produção em andamento	-	137.303	-	62.729
Total	18.604	167.170	10.634	87.338

22. EMPRÉSTIMOS INB

Concedido pela INB - Indústrias Nucleares do Brasil S/A em 09 de dezembro de 1992, remunerado pela TR e acrescido de juros de 12% a.a., sendo que a quitação deveria ser efetuada mediante pagamento através de prestação de serviços técnicos até 31 de dezembro de 1997 e o saldo remanescente no montante de R\$ 33.017 mil (2018: R\$ 31.198 mil) deveria ser quitado em 8 (oito) prestações mensais sucessivas até 31 de agosto de 1.998. Como não houve recursos financeiros para quitação desta dívida, as empresas estão negociando uma nova proposta de pagamento.

23. PREVIDÊNCIA PRIVADA - NUCLEOS

DÍVIDA CONSOLIDADA	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Circulante	12.042	18.214
Não Circulante	206.724	198.096
Total	218.766	216.310

A NUCLEP e o NUCLEOS firmaram em 21/11/2007 Termo de Transação, no valor de R\$ 120.111 mil, atualizado até 31/10/2007, homologado em juízo, consolidando as dívidas existentes, em conformidade com laudo pericial no âmbito do processo nº 2002.001.153437-3, junto da 30ª Vara Civil do Rio de Janeiro.

Este laudo pericial que serviu de base ao Termo de Transação, reduziu a dívida em R\$ 112.813 mil na data base de 31/12/2006. Em 17/12/2007, foi realizado perante a 11ª Câmara Cível, o julgamento da apelação nº 2007.001.65700, interposta pela NUCLEP sobre o restante da dívida.

Em 02/12/2014, o Supremo Tribunal de Justiça – STJ negou provimento ao recurso interposto pelo NUCLEOS (Agravo 222.312-RJ), e, consequentemente, manteve a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ favorável à NUCLEP.

Em 19/11/2015, o Supremo Tribunal Federal – STF negou provimento ao Recurso interposto pelo NUCLEOS e manteve a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ favorável à Nuclep. Houve o trânsito em julgado da decisão. Os autos foram encaminhados ao TJRJ em 27/11/2015.

O Termo de Transação já citado veio estabelecer novas condições de pagamento, quais sejam: 360 parcelas mensais, juros de 6% ao ano e atualização monetária pela variação do INPC e carência de 24 meses, determinando o pagamento da 1ª parcela em 02/12/2009.

24. PROVISÕES: ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

24.1. Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto se a administração possuir total controle da situação ou quando houver garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais, não couber mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Os ativos contingentes, tem como base, os relatórios emitidos por consultores jurídicos da empresa e as normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC nº 25, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Comissão de Valores Mobiliários – CVM (Deliberação CVM nº 594/09). Dos principais processos em tramitação, consta o processo movido contra a TMC - Terminal Multimodal de Coroa Grande SPE S/A (vide nota 32). Os processos elencados abaixo individualizados, correspondem a 71% setenta e um por cento) e os demais processos, 29% (vinte e nove por cento) de um total de 18 (dezoito) processos, conforme segue:

Ações Cíveis	Dezembro 2019
Processos:	
0183762-55.2016.8.19.0001	12.721
0110224-85.2009.8.19.0001	2.225
0188870-65.2016.8.19.0001	2.082
Demais Processos	6.968
Total das Ações Cíveis	23.996

24.2. Passivos Contingentes

A empresa mantém provisões em função de processos trabalhistas e cíveis, objetivando demonstrar prováveis perdas nas causas judiciais que poderão ser decididos contra a Nuclep. Foram constituídas com base nos relatórios emitidos por consultores jurídicos da empresa e de acordo com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 25, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Comissão de Valores Mobiliários – CVM (Deliberação CVM nº 594/09). Dentre as ações de reclamações trabalhistas, constam diversos processos movidos pelos empregados da Nuclep que, requerem a retroatividade das perdas do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCR que foi implantado sem efeito retroativo. A quitação das sentenças trabalhistas e cíveis, são feitas com aportes do Tesouro Nacional, inseridos no Orçamento da Secretaria de Orçamento Federal – SOF, conforme portaria nº 1, de 11/01/2010.

Ações trabalhistas

Os processos elencados abaixo individualizados, correspondem a 39% (trinta e nove por cento) e o restante, 61% (sessenta e um por cento) de um total de 52 (cinquenta e dois) processos, conforme segue:

Processos:	Dezembro 2019
0010218-22.2014.5.01.0462	780
0100802-96.2018.5.01.0462	563
0003001-96.2012.5.01.0461	210
0101761-07.2017.5.01.0461	200
0080800-36.2007.5.01.0060	138
Demais Processos	2.985
Total de Ações Trabalhistas	4.876

Ações cíveis

Os processos elencados abaixo individualizados, correspondem a 92% (noventa e dois por cento) e o restante, 8% (oito por cento) de um total de 29 (vinte e nove) processos, conforme segue:

Processos:	Dezembro 2019
0222227-84.2016.3.00.0000	23.500
0007218-12.2017.8.19.0024	5.825
0004113-95.2015.8.19.0024	727
Demais Processos	2.518
Total de Ações Cíveis	32.570
Total dos Passivos Contingentes	37.446

As contingências classificadas como possíveis, não são reconhecidas contabilmente e estão assim representadas:



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



25.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, é de R\$ 61.210.000,00 (sessenta e um milhões e duzentos e dez mil) dividido em ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma. Em 18/03/94, através da 47ª. AGO, o Conselho de Administração aprovou limite de aumento em até 183.523.810 (cento e oitenta e três milhões, quinhentos e vinte e três mil, oitocentos e dez) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma. O capital social subscrito e integralizado, possui a seguinte composição:

Composição	Dezembro 2019	
- Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN	99,99999%	61.209.995
- Outros (Pessoas Físicas)	0,00001%	5
	100,00000%	61.210.000

25.2. Reserva de Reavaliação

No ano base de 2.000, foi efetuada a reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado, cujo saldo, é de R\$32.054 mil (2018: R\$ 36.863 mil). Neste exercício, foram realizadas baixas no montante de R\$ 4.809 mil (2018: R\$ 4.719 mil)

Composição	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Instalações	159	159
Edifícios	1.258	1.258
Terminal Marítimo	81	81
Acesso ao Terminal Marítimo	32	32
Máquinas e Equipamentos industriais	3.279	3.189
	4.809	4.719

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

– Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços

A receita bruta de vendas de produtos e serviços compreende a receita reconhecida até o exercício referente ao contrato de fornecimento nº 20/10 firmado com a empresa ICN- Itaguaí Construções Navais (subseções do casco do submarino), contratos 009/09 e 006/10 firmados com a Eletronuclear (acumuladores e condensadores) e CTMSP (vazo de pressão, geradores de vapor e labgene), entre outros contratos.

Receita por Clientes	Dezembro 2019	Dezembro 2018
ICN	18.226	9.843
Eletronuclear	1.514	436
CTMSP	-	2.407
INB	321	-
Outros	258	350
Total da Receita Operacional Bruta	20.319	13.036

– Recursos Orçamentários do Tesouro Nacional

São suportes financeiros recebidos em forma de subvenção, destinados a manutenção da empresa. Tem como objetivo, fazer face as despesas com pessoal, parte dos custos operacionais e aos investimentos. São contabilizados conforme estabelece a norma contábil deliberada pela CVM n.º 646/10 e o Pronunciamento CPC 07, ou seja, como receita de subvenção no mesmo período de reconhecimento das despesas a que estão associadas.

Os recursos recebidos para investimentos, são demonstrados em conta redutora do Ativo Não Circulante e reconhecidos no resultado na mesma proporção da depreciação ou baixa do bem correspondente.

Recursos Orçamentários - por Vinculação de Pagamento	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Pessoal	216.363	292.311
Custeio	61.960	59.828
Investimentos	5.336	4.119
Total dos Recursos Orçamentários do Tesouro Nacional	283.659	356.258
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	303.978	369.294
– Consolidação da Receita Operacional Bruta	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Receita Operacional Bruta	303.978	369.293
(-) Impostos, Contribuições e outras deduções sobre vendas	(14.331)	(6.431)
Receita Operacional Líquida	289.647	362.862

27. CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS

A NUCLEP por ser uma empresa dependente financeiramente do Tesouro Nacional, mantém parte das suas aquisições dos seus insumos de produção, com recursos recebidos em forma de subvenção e o restante com recursos próprios decorrentes de suas atividades operacionais. Insumos como Mão de Obra; Transporte e Alimentação, são 100% (cem por cento) adquiridos com recursos subvencionados e o restante apenas parte. A seguir, discriminamos os principais insumos apropriados como Custos dos Produtos e Serviços Vendidos:

	Dezembro 2019		Dezembro 2018	
	Custo Direto	Custo Indireto	Custo Direto	Custo Indireto
CTMSP				
Desionizador 2151 DES-1	-	-	(189)	(70)
Forn. Equip. P. Sist. Resfr. (VP/TC)	-	-	(2.565)	(2.367)
Forn. Fab. 1 Conjunto Componentes CS1	-	-	(2.244)	(4.827)
Geradores de Vapor PROPUL	-	-	(2.101)	(1.501)
Tanque de Compensação 2156 VP1 e VP2	-	-	(819)	(908)
Vaso de Pressão	-	-	(4.833)	(3.850)
ELETRONUCLEAR				
Serviço de Usinagem e Fornecimento de Acumuladores	-	-	(252)	(947)
ICN				
Fabricação de Cascos e Serviços de Reparo - Submarino	(1.066)	(2.032)	(8.686)	(13.353)
OUTROS				
Serviços Internos para Certificações e outros	(515)	(98)	-	-
Usinagem dos Suportes Hidráulicos	(156)	-	-	-
TOTAL CUSTO DIRETO E INDIRETO	(1.737)	(2.130)	(21.689)	(27.823)
TOTAL CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(3.867)		(49.512)	

28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS

São os custos que ocorrem com as áreas da Presidência; Conselhos de Administração e Fiscal; Diretorias Administrativa e Comercial, a saber:

Composição	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Salários e Encargos	(207.037)	(188.261)
Benefícios	(13.049)	(30.008)
Previdência	(32.000)	(33.224)
Materiais e Serviços/ Provisões	(19.867)	(47.729)
Depreciação e Amortização e Impairment	(10.609)	(10.351)
Total	(282.562)	(309.573)

29. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

As despesas financeiras são correspondentes aos encargos de juros, variações monetárias e cambiais sobre saldo dos passivos exigíveis.

Receitas e Despesas Financeiras	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Receitas financeiras		
Variações monetárias	179	201
Juros, multas e taxas	2	3
Total das receitas financeiras	181	204
Despesas financeiras		
Variações monetárias	(306)	(421)
Juros, multas e taxas	(1.849)	(3.434)
Total das despesas financeiras	(2.155)	(3.855)
Resultado financeiro	(1.974)	(3.651)

30. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A NUCLEP é Patrocinadora-Fundadora do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, tendo como demais patrocinadores a Eletronuclear S/A – ELETRONUCLEAR, as Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB e o próprio Instituto, entidade fechada de previdência privada, que administra um programa de benefícios complementares aos do Regime Geral da Previdência Social para seus empregados e dirigentes, amparado por contrato solidário de responsabilidades firmado entre todas as partes.

O programa criado em 1979 para ser o fundo de pensão do setor nuclear do país, englobando todos os funcionários da Nuclebrás e de suas subsidiárias, é mantido através de um Plano de Benefícios Definidos – BD, que visa garantir a maioria dos participantes, uma renda vitalícia pós-emprego em níveis semelhantes à da atividade, quando somada à da previdência social limitada a três tetos previdenciários. Dá cobertura, também, às aposentadorias por invalidez, especiais e o pagamento de pensões aos dependentes de participantes que vierem a falecer. Em 31 de dezembro a população vinculada ao programa era a seguinte, comparada com o exercício anterior:

DADOS POPULACIONAIS	Dezembro 2019	Dezembro 2018
	Plano BD	Plano BD
1. Participantes Ativos		
1.1. Número de empregados vinculados ao plano	708	818
1.2. Idade Média (anos)	39,79	48,86
1.3. Serviço Creditado (total)	13,4	14,41
1.4. Tempo Médio de Serviço Futuro (Aposentadoria)	24,17	15,21
1.5. Valor do Salário Médio (R\$)	11.247,86	11.409,88
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados por contribuição, idade e especial	339	245
2.2. Idade Média (anos)	64,05	65,09
2.3. Benefício Médio (R\$)	8.192,78	6.858,60
3. Pensionistas		
3.1. Número de participantes pensionistas	51	51
3.2. Idade Média (anos)	64,64	63,64
3.3. Benefício Médio em R\$	3.081,26	2.979,08
População Total	1.098	1.114

Ao adotar os procedimentos contábeis recomendados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, essa especialmente pela Deliberação CVM nº 695/2012 e CPC 33, a NUCLEP procedeu à avaliação atuarial independente das obrigações decorrentes desse programa de benefício pós-emprego, através da empresa ASSISTANTS LTDA – Registro CIBA nº 068, cujos resultados são abaixo expostos.

A avaliação independente é baseada no regime de capitalização sob o método da Unidade de Crédito Projetada e pode diferir daquela que é periodicamente realizada pela administração do programa, cujas bases seguem a legislação setorial específica da previdência complementar.

Em 31 de dezembro, a avaliação independente revelou os seguintes resultados:

ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Valor presente da obrigação atuarial no Início do Exercício	544.710	654.798
Custo dos Juros	48.091	60.241
Custo do Serviço Corrente	14.217	-
Benefícios Pagos pelo plano	(35.782)	(22.404)
Remunerações de Ganhos/(Perdas) Atuariais	378.487	(147.925)
Valor presente da obrigação atuarial no final do Exercício	949.723	544.710
ALTERAÇÕES NOS ATIVOS FINANCEIROS		
Valor Justo dos Ativos no Início do Exercício	794.186	663.485
Receitas de Juros	71.486	62.197
Contribuições do Patrocinador	9.871	10.644
Contribuições dos Participantes	8.710	10.588

ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES

	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Benefícios Pagos pelo plano	(35.782)	(22.404)
Contribuições patronais extraordinárias	1.178	2.728
Ganhos/(Perdas) Atuariais sobre os ativos do plano	1.449	66.948
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	851.098	794.186
ESTADO DE COBERTURA NO FINAL DO EXERCÍCIO	(98.624)	249.476

A NUCLEP subscreveu um contrato de confissão de dívida junto ao NUCLEOS para garantir a reposição de aportes vencidos. A Companhia optou pelo registro contábil desse contrato cujo saldo, em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 218.765 (nota 23).

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas que possam impactar em prejuízos ao patrimônio da NUCLEP. As coberturas estão assim distribuídas:

Seguro	Risco Coberto	Cobertura R\$
Seguro de Bens Patrimoniais	Incêndio, Raio, explosão, impropriedade e outros	268.841.092,20
Responsabilidade Civil Diretores e conselheiros	Responsabilidade civil	10.000.000,00
		100% tabela FIFE
Seguro de automóveis	Colisão, incêndio, roubo, danos materiais	3.000.000,00
Responsabilidade Civil Geral	Operações Industriais / Empregador	993.845,00
Seguro Incêndio – Escritório R	Incêndio, Raio, explosão, impropriedade e outros	8.500.000,00
Riscos Nomeados – Patrimoniais Terminal	Incêndio, impropriedade, entre outros e quebra de Máquinas	946
Portuário		
Seguro de vida em grupo	Diretores, Funcionários, Estagiários e Aprendizizes	

32. CONTRATO DE ARRENDAMENTO

Em 16 de dezembro de 1997 a NUCLEP firmou o contrato C-291/AB-001 para arrendamento do Terminal Marítimo e parte das instalações de sua propriedade, com a empresa TMC - Terminal Multimodal de Coroa Grande SPE S/A, para administração, exploração e operação do Terminal Portuário. Durante a evolução do contrato, alguns investimentos que estavam previstos não foram realizados e a TMC deixou de honrar parte dos compromissos financeiros contratuais.

Na tentativa de não denunciar o contrato, a Nuclep pactou 5 (cinco) aditamentos com o objetivo de viabilizar o saldo a receber e consequentemente refazer o plano de recebimento incluindo as novas obrigações assumidas pelo arrendatário. Entretanto, a TMC continuou inadimplente, levando a Nuclep em 29 de setembro de 2004 a ingressar em juízo com Ação de Cobrança cumulada com pedidos de rescisão contratual e reintegração de posse do terminal portuário.

Finalmente, em 27 de março de 2009, após o trânsito em julgado da sentença proferida no juízo arbitral, a NUCLEP ganhou a reintegração de posse do terminal e da área retro portuária, mas, quanto à dívida, teve que ingressar com ação de Execução de Títulos Extrajudiciais, distribuída na 36ª Vara Cível da Comarca de Capital – RJ, aguardando decisão.

A NUCLEP considera o ganho da causa provável, mas o recebimento do montante da dívida é incerto e tem-se optado em manter registrado contabilmente em contas de controle o valor de R\$ 259.225 mil que corresponde ao total da dívida corrigida e acumulada conforme parecer jurídico.

33. PREJUÍZOS FISCAIS E BASES NEGATIVAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A companhia possui prejuízos fiscais e consequentemente bases negativas de contribuição social, que geram créditos fiscais e não se encontram refletidos nas demonstrações contábeis, e representam um ativo fiscal diferido, que serão compensados com lucros tributários gerados pelas operações futuras, demonstrados a seguir:

Resultado Fiscal	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Imposto de Renda	(122.659)	(103.439)
Contribuição Social	(134.408)	(115.650)

34. PRINCIPAIS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, envolvendo operações de empréstimos e financiamentos e contratos para fabricação de bens. As transações são realizadas de acordo com os padrões de mercado.

	Tesouro Nacional	Marinha do Brasil	INB	NUCLEOS	TOTAL
Dezembro 2018	252.039	(45.547)	(32.232)	(216.310)	(42.050)
Ativo					
Direitos a Receber	4.172	-	-	-	4.172
Passivo					
Obrigações a Pagar/Realizar	-	(43.355)	(1.819)	(2.455)	(47.629)
Dezembro 2019	256.211	(88.902)	(34.051)	(218.765)	(85.507)

CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear

a) Controladora da Nuclep conforme nota 25.1.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

a) **Garantias concedidas:** pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, atual Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST e que teve como consequência a constituição de um passivo orçamentário por parte do Tesouro Nacional, a NUCLEP e o Instituto de Seguridade Social – NUCLEOS, firmaram em 2007, um Termo de Transição que viabiliza a amortização da dívida a ser paga em 360 meses (até outubro 2039). Desta forma e considerando a documentação mencionada acima, acrescida da portaria nº 1 de 11 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, onde estabelece que empresas como a NUCLEP que fazem parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, tem direito a receber do Tesouro Nacional recursos financeiros para pagamentos das dívidas judicializadas, a NUCLEP constitui umas contas a receber da Secretaria do Tesouro Nacional. O impacto na STN alcançará cinco Planos Plurianuais – PPA visto que a amortização da dívida se encerra em até 2039, conforme nota 09.

MARINHA DO BRASIL

a) Componentes e Sistemas: CTMSP - Fabricação e fornecimento de um conjunto de componentes classe de segurança Nuclear 1, do sistema de resfriamento de emergência e do sistema de purificação do resfriamento primário para o laboratório de geração NUCLEO-ELETPETRICA - LABGENE, incluindo detalhamento de projeto, memória de cálculo e desenhos. Fornecimento de equipamento do sistema de resfriamento de emergência.
b) Gerador e Vasos: Fabricação de 2 geradores de vapor (GV) para propulsão naval e Fabricação de vaso de pressão do reator (VPR) acessórios, sobressalentes, dispositivos e ferramentas especiais.

INDÚSTRIA NUCLEARES DO BRASIL – INB

Empréstimos e Financiamentos: Conforme apresentado na nota 22, corresponde a empréstimo concedido pela INB - Indústrias Nucleares do Brasil S/A em 09 de dezembro de 1992.

NUCLEOS

a) **Dívida Consolidada:** A NUCLEP e o NUCLEOS firmaram em 21/11/2007 Termo de Transação conforme processo nº 2002.001.153437-3, junto da 30ª Vara Civil do Rio de Janeiro, divulgado na nota 23.

35. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

	Menor	Maior	Média
Empregados	1.674,52	29.015,61	13.378,29
Administradores (Presidente, Diretores e Conselheiros)	3.521,04	32.501,87	15.113,37

36. CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar que as Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da companhia.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

37.1. Foi aprovado na 124ª Reunião do Conselho de Administração da Companhia novo plano de benefício de previdência complementar na modalidade de Contribuição Definida, posteriormente, todo o material da deliberação foi encaminhado, na forma da legislação vigente, por meio da carta externa P nº 147/2019, de 14 de novembro de 2019, para o Ministério de Minas Energia para continuidade do processo de aprovação.

Quanto à alteração do regulamento do plano vigente de previdência complementar na modalidade de Benefício Definido, foi aprovado na 125ª Reunião do Conselho de Administração da Companhia. Todo o material da deliberação foi encaminhado, na forma da legislação vigente, por meio da carta externa P nº 151/2019, de 26 de novembro de 2019, para o Ministério de Minas Energia para continuidade do processo de aprovação.

37.2. No quarto trimestre de 2019 e início de 2020 a Nuclep possui uma carteira de novos projetos assinados e em adjudicação tais como: Conclusão da fabricação, montagem e fornecimento do vaso e estruturas internas da contenção e fabricação do tanque de blindagem primária, incluindo seu tanque de expansão e seus trocadores de calor para o LABGENE[AMAZUL]; Usinagem de reparo de partes de bomba [Flowserve]; Fabricação parcial de 01 vaso de pressão MBD 1015 com material SA 516 Gr.70 + Clad 904L selado [EBSE]; Fabricação de estrutura metálica, ajuste e montagem para unidade móvel da CNEN-SP-IPEN [IPEN]; Fornecimento de 20.000 Toneladas de estrutura metálica para linhas de transmissão 500 Kv Xingu (PA) x Serra Pelada (PA) x Miracema (TO) [Tabocas – em adjudicação] e Fornecimento de 21.213 toneladas de estruturas metálicas, para linha de transmissão no estado do Pará (PA), galvanizadas, consistindo de 7.520 toneladas para torres estaiadas e 13.693 toneladas para torres auto-portantes [ENGIE – em adjudicação].

CARLOS HENRIQUE SILVA SEIXAS
Presidente
CPF 507.580.717-87

OSCAR MOREIRA DA SILVA FILHO
Diretor Administrativo
CPF 730.465.237-34

NICOLA MITRO NETO
Diretor Comercial
CPF 141.248.308-58

WALLACE AFFONSO ALVES
Diretor Industrial
CPF 024.273.207-69

GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO
Gerente Geral de Planejamento e Finanças
CPF 491.885.187-87

FRANCISCO DE SOUSA VIANA
Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 093.702/O-1
CPF 024.999.427-54



NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A.
CNPJ Nº 42.515.882/0001-78

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP
CNPJ Nº 42.515.882/0001-78
Itaguaí (RJ)

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis em um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

1. A companhia vem trabalhando nos seus custos de produção e por consequência vem melhorando sua margem líquida negativa de -329% em 2018 para margem líquida positiva de 10,4% em 2019.

2. A companhia, em 2019 ainda apresentava ineficiência operacional (custos fabris não alocados à produção).

3. O terreno onde se encontram as instalações da NUCLEP está registrado tanto na contabilidade da NUCLEP quanto da INB, criando uma duplicação de registro no SIAFI. Existe um documento sob o registro nº 371/2019, o qual contempla a reabertura do processo que visa a regularização do bem imóvel objeto da duplicidade de registros, abrangendo os representantes das empresas NUCLEP, INB, CNEM E MCTIC.

4. A companhia tem débitos com fornecedores no exterior, entre os anos 2005 e 2014, sem que tenha havido iniciativas de pagamento por parte da NUCLEP. A análise foi iniciada no exercício e será concluída no exercício social subsequente.

5. A companhia tem registrado, em sua contabilidade, dois créditos a receber por erro administrativo cometido por funcionários da época. Atualmente um funcionário envolvido está desligado da companhia, enquanto uma funcionária, também envolvida ainda continua com vínculo com a companhia. Esse crédito encontra-se judicializado e sem provisionamento.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os

assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

OUTROS ASSUNTOS

As Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31/12/2018 foram auditadas por nossa firma que emitiu Relatório em 01/03/2019, sem ressalva.

Ribeirão Preto (SP), 31 de janeiro de 2020.

AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S

CRC-2SP 022486/O-4 CVM - 9555

Tanagildo Aguiar Feres

Contador - CRC1SP067138/O-0 "S" RJ

PARACER DO CONSELHO FISCAL

Assunto: Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2019
O Conselho Fiscal da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP, em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 11 do Regimento do Conselho Fiscal da Empresa, combinado com o art. 163, incisos II e VII da lei nº 6.404/76, procedeu ao exame do Relatório de Administração, bem como das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e, tomando por base a manifestação dos auditores independentes AGUIAR FERES AUDITORES INDEPENDENTES S/S, de 31/01/2020, a manifestação do Comitê de Auditoria - COAUD, do Parecer da Auditoria Interna nº AUD 01/2020, de 17/03/2020, é da opinião que os referidos documentos apresentam

Brasília, 31 de março de 2020

RICARDO TAKEMITSU SIMABUKU
Conselheiro

SERGIO ALONSO DA COSTA
Presidente do Conselho

FRANCISCO CARLOS DA SILVA JUNIOR
Conselheiro

COMITÊ DE AUDITORIA MANIFESTAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E AO RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE 2019

1. PROPÓSITO

Em conformidade com a legislação e demais normativos pertinentes, o Comitê de Auditoria é definido como órgão auxiliar do Conselho de Administração, que tem por finalidade precípua o assessoramento do referido Conselho no que concerne ao exercício das suas funções de auditoria, supervisão e fiscalização.

Neste contexto, a presente Manifestação tem por propósito apresentar ao Conselho de Administração o resultado dos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria em relação à confecção das demonstrações financeiras (incluindo notas explicativas) e relatório de administração, relativos ao exercício de 2019, bem como em relação aos correspondentes pareceres emanados da Auditoria Interna e da Auditoria Independente.

2. TRABALHOS DESENVOLVIDOS

O acompanhamento da confecção das demonstrações financeiras (incluindo notas explicativas) e relatório de administração, relativos ao exercício de 2019, bem como a análise em relação aos correspondentes pareceres emanados da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, foram efetuados pelo COAUD ao longo do 1º trimestre de 2020, de acordo com cronogramas específicos, estabelecidos em conjunto com a Gerência Geral de Planejamento e Finanças e devidamente consignados no Plano de Trabalho 2020 deste Comitê.

De forma geral, foram atendidas às recomendações emanadas pelo Comitê, que se encontram consignadas nas Atas da 41ª e 43ª reuniões ordinárias.

Rio de Janeiro, RJ, em 18 de março de 2020

Vitor Knibel Palacios
Presidente

Luiz Angelo de Carvalho Filippa
Membro

Adilson Dias Oliveira
Membro

BALANÇO SOCIAL - INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

1 - GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA - DVA	2019		2018	
	R\$ Mil	Distrib %	R\$ Mil	Distrib %
Empregados	239.037	91,2%	240.432	84,6%
Governo	16.510	6,3%	8.686	3,1%
Financiadores	7.596	2,9%	37.236	13,1%
Acionistas	(935)	-0,4%	(2.128)	-0,7%
Total	262.208	100,0%	284.226	100,0%
2 - BASE DE CÁLCULO DOS INDICADORES	2019		2018	
	R\$ Mil		R\$ Mil	
Receita Líquida (RL)	289.647		362.862	
Resultado Líquido do Exercício (RLE)	(935)		(2.128)	
Folha de Pagamento Bruta (FPB) (Remuneração + Encargos)	293.762		317.819	
Apropriação em Custos dos Produtos Vendidos	(1.261)		(46.385)	
Apropriação em Estoques de Produtos em Processo	(57.936)		(31.002)	
Folha de Pagamento Líquida (FPB) (Remuneração + Encargos)	234.565		240.432	
3 - RECURSOS HUMANOS	2019		2018	
3.1 - REMUNERAÇÃO BRUTA	R\$ Mil	% so-bre RH	R\$ Mil	% so-bre RH
Empregados	205.685	61,3%	205.731	57,9%
Administradores	1.352	0,4%	1.478	0,4%
Total	207.037	61,7%	207.209	58,3%
3.2 - ENCARGOS SOCIAIS	R\$ Mil	% so-bre RH	R\$ Mil	% so-bre RH
	73.954	22,0%	84.340	23,8%
3.3 - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ Mil	% so-bre RH	R\$ Mil	% so-bre RH
Alimentação	2.996	0,9%	5.177	1,5%
Transporte	7.607	2,3%	10.932	3,1%
Previdência Privada	29.560	8,8%	31.179	8,8%
Assistência Médica e Odontológica	13.049	3,9%	14.473	4,1%
Segurança e Medicina do Trabalho	215	0,1%	431	0,1%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	519	0,2%	855	0,2%
Seguro de Vida em Grupo e Outros	554	0,2%	518	0,1%
Total	54.500	16,2%	63.565	17,9%
TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	335.491	100,0%	355.114	100,0%
3.4 RELAÇÃO ENTRE A MAIOR E A MENOR REMUNERAÇÃO	R\$ Mil		R\$ Mil	
	Maior	Menor	Maior	Menor
Empregados	29,0	1,7	33,0	2,1
Administradores	32,5	3,5	33,0	-
3.4 - COMPOSIÇÃO DO CORPO FUNCIONAL	2019		2018	
Total de empregados ao final do exercício	796		1.034	
Total de admissões durante o exercício	9		28	
Total de demissões durante o exercício	247		61	
Total de estagiários ao final do exercício	62		60	
Total de prestadores de serviço terceirizados ao final do exercício	-		-	
Total de empregados com necessidades especiais ao final do exerc.	2		2	
Total de negros que trabalham na Empresa	380		479	
Percentual de cargos de chefia ocupados por negros	30,67%		26,6%	
Total de empregados por sexo:				
• Feminino	169		202	
• Masculino	627		832	

adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da empresa.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, nada tem a opor à divulgação do Relatório de Administração e das referidas Demonstrações Financeiras, ressaltando que: (i) o terreno onde se encontram as instalações da NUCLEP está registrado tanto na contabilidade da Empresa quanto da Indústrias Nucleares do Brasil - INB, fato que gera incerteza quanto à dimensão do seu patrimônio líquido; e (ii) a manifestação da Auditoria Interna quanto às demonstrações financeiras limitou-se ao Balanço Patrimonial.

3. CONCLUSÕES

a) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (INCLUINDO NOTAS EXPLICATIVAS)

As verificações e análises efetuadas respaldam a avaliação positiva da qualidade das demonstrações financeiras da Companhia, de forma geral, com respeito aos ditames da legislação em vigor e boa representação dos atos e fatos.

b) RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Relatório da Auditoria Independente observou adequadamente os parâmetros definidos na norma específica aplicável (Norma Brasileira de Contabilidade CTA 25 (R1), de 11 de abril de 2019), não havendo nenhuma ressalva ou recomendação a respeito.

c) RELATÓRIO ANUAL

O Relatório Anual 2019 é parte integrante do "Relatório Integrado" (composto, ainda, do Relatório de Gestão Ambiental e Demonstrações Financeiras), nos termos previstos pelo TCU na evolução das prestações de contas e, neste contexto, deve ser entendido como o relatório de administração que visa atender aos dispositivos na Lei nº 6.404/1976.

Em função das análises efetuadas, entende-se que o Relatório Anual apresenta informações que podem ser avaliadas como confiáveis e consentâneas com os grandes objetivos da Companhia, expressos no Plano de Negócios 2019, tendo sido observadas as principais orientações para sua confecção emanadas a respeito pelo TCU por intermédio da Decisão Normativa nº 178, de 23 de outubro de 2019, Anexo II.

Percentual de ocupantes de cargos de chefia por sexo:

• Feminino 66,67% 26,6%

• Masculino 33,33% 73,4%

Total de empregados por faixa etária:

• menores de 18 anos - -

• de 18 a 35 anos 316 380

• de 36 a 45 anos 272 283

• de 46 a 60 anos 185 285

• acima de 60 anos 23 86

Total de empregados por nível de escolaridade:

• analfabetos - -

• com ensino fundamental 70 95

• com ensino médio 325 399

• com ensino técnico 133 215

• com ensino superior 229 290

• pós-graduados 39 35

3.5 AÇÕES TRABALHISTAS MOVIDAS CONTRA A EMPRESA

Número de processos trabalhistas movidos contra a empresa (un) 61 746

Número de processos trabalhistas julgados procedentes (un) 5 16

Número de processos trabalhistas julgados improcedentes (un) 3 22

Valor total de indenizações e multas pagas por determinação judicial (R\$ Mil) 3.824 2.153

4 - INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O AMBIENTE EXTERNO

4.1 - RELACIONADOS COM A COMUNIDADE

Total de investimentos/gastos em:

Educação 19 24

Transporte 277 307

Alimentação 109 145

Total relacionamento com a comunidade 405 476

4.2 - INTERAÇÃO COM OS CLIENTES

Número de reclamações recebidas diretamente na empresa - -

4.2 - INTERAÇÃO COM OS CLIENTES

Número de reclamações recebidas diretamente na empresa - -

Número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor - -

Número de reclamações recebidas por meio da justiça - -

Número de reclamações atendidas em cada instância arrolada - -

Montante de multas e indenizações pagas a clientes - -

Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclams - -

4.3 - INTERAÇÃO COM OS FORNECEDORES

Como critério de responsabilidade social na seleção dos fornecedores, são exigidos os mesmos padrões SIM SIM

5 - INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

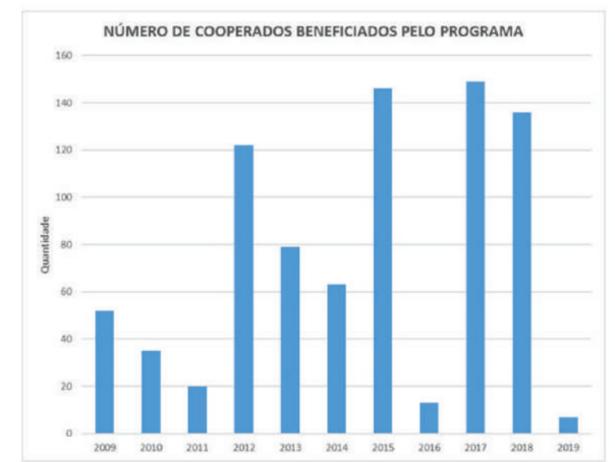
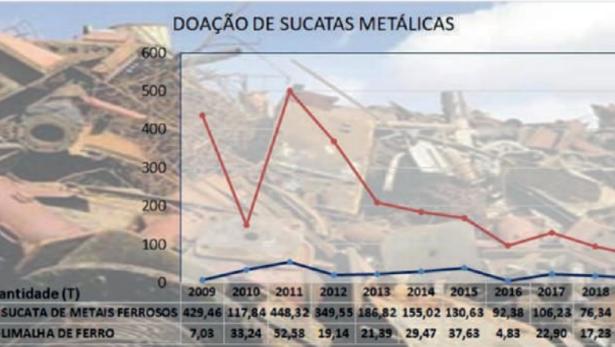
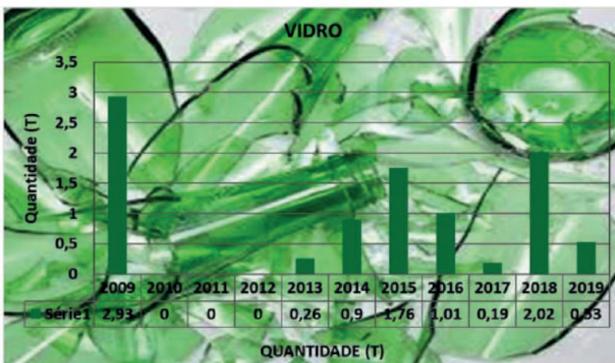
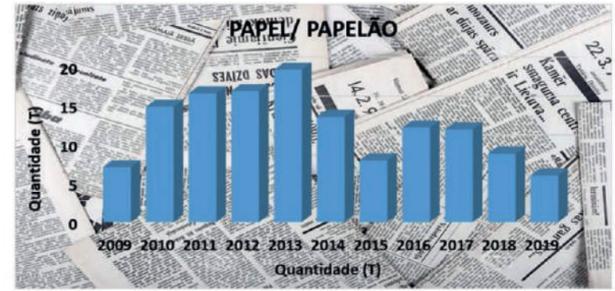
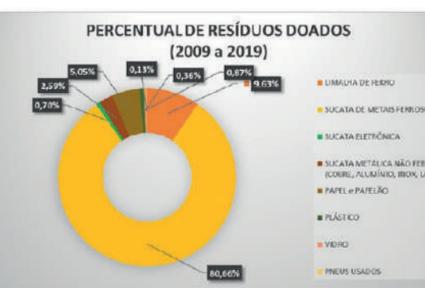
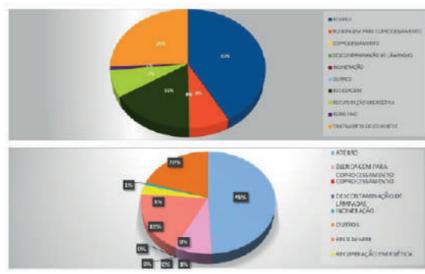
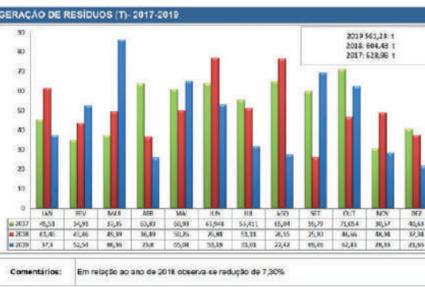
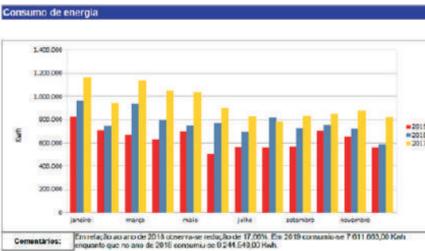
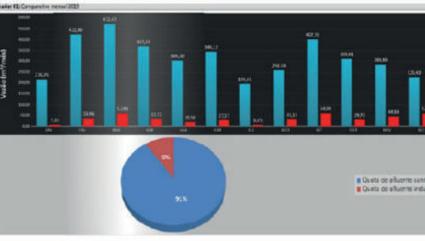
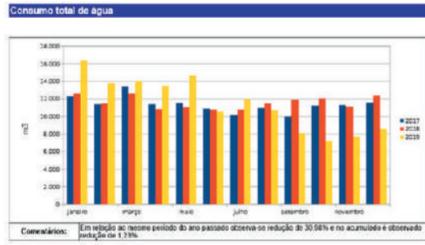
Investimentos e gastos relacionados com manutenção nos processos operacionais 1.178 (126,0%) 0,4% 903 (42,4%) 0,2%

Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degrad - 0,0% 0,0% 170 (8,0%) 0,0%

Investimentos e gastos com a educação para empregados, e administradores da e 17 (1,8%) 0,0% 14 -0,7% 0,0%

Passivos Contingenciais - 0,0% 0,0% 34 (1,6%) 0,0%

Total da interação com o meio ambiente 1.195 (127,8%) 0,4% 1.121 (52,7%) 0,2%



CARLOS HENRIQUE SILVA SEIXAS
Presidente
CPF 507.580.717-87

OSCAR MOREIRA DA SILVA FILHO
Diretor Administrativo
CPF 730.465.237-34

NICOLA MITRO NETO
Diretor Comercial
CPF 141.248.308-58

WALLACE AFFONSO ALVES
Diretor Industrial
CPF 024.273.207-69

GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO
Gerente Geral de Planejamento e Finanças
CPF 491.885.187-87

FRANCISCO DE SOUSA VIANA
Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 093.702/O-1
CPF 024.999.427-54

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES

 Ao Conselho de Administração e Acionistas da NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. – NUCLEP.
 Itaguaí – RJ.

Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes relacionado com informações sobre sustentabilidade e responsabilidade social.
Introdução

Fomos contratados pela Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre a compilação das informações socioambientais constantes no Balanço Social da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Responsabilidades da administração da Companhia

 A administração da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações socioambientais constantes no Balanço Social de acordo com os critérios do *Global Reporting Initiative (GRI-G3.1)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações socioambientais constantes no Balanço Social, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01/12, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 – Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações socioambientais constantes no Balanço Social, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração da Companhia e outros profissionais da Companhia que estão envolvidos na elaboração das informações socioambientais constantes no Balanço Social, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que nos possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações tomadas em conjunto.

Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o leve a acreditar que as informações socioambientais constantes no Balanço Social, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações socioambientais constantes no Balanço Social e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

(a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviriam de base para a elaboração das informações socioambientais constantes no Balanço Social da NUCLEP;

(b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores por meio de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;

(c) a aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações socioambientais constantes no Balanço Social; e

(d) o confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações contábeis e/ou registros contábeis.

 Os trabalhos de asseguração limitada compreenderam, também, a aderência às diretrizes e critérios da estrutura de elaboração do *Global Reporting Initiative (GRI-G3.1)* aplicável na elaboração das informações socioambientais constantes no Balanço Social.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados no trabalho de asseguração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados no trabalho de asseguração que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações socioambientais constantes no Balanço Social. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em trabalho de asseguração que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações socioambientais constantes no Balanço Social. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada à natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos.

Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

Conclusão

 Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações socioambientais constantes no Balanço Social não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes do *Global Reporting Initiative (GRI-G3.1)*.

Ribeirão Preto (SP), 31 de janeiro de 2020.

AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S
 CRC-2SP 022486/O-4 CVM – 9555

Tanagildo Aguiar Feres
 Contador - CRC1SP067138/O-0 *S* RJ

Economia
APOSENTADOS

Justiça suspende cobrança de consignados por 4 meses sem juros

LARISSA GARCIA/FOLHAPRESS

Por causa das dificuldades enfrentadas pela população em decorrência da pandemia do novo coronavírus, a Justiça Federal no Distrito Federal determinou, nesta segunda-feira, que os bancos suspendam as parcelas de empréstimos consignados, aqueles descontados diretamente na folha de pagamento, de aposentados por quatro meses, sem juros ou multa. Cabe recurso.

A determinação da 9ª Vara Cível foi resultado de ação popular contra a União, o Banco Central e o presidente do BC, Roberto Campos Neto. O texto também prevê que as instituições fiquem proibidas de distribuir lucro além do mínimo permitido em lei enquanto durar a pandemia da Covid-19. Além disso, o aumento de liquidez no sistema financeiro provido pelo BC deverá ser vinculada à prorrogação das operações

crédito realizadas por empresas e famílias por dois meses sem a cobrança de juros ou multa. Liquidez é a quantidade de dinheiro disponível nas instituições. Parte dos recursos dos bancos fica presa em exigências do BC, como depósitos compulsórios.

Para tentar conter os efeitos da pandemia da Covid-19 na economia, a autoridade monetária adotou medidas para diminuir essas obrigações e aumentar o volume de recursos disponíveis. Quanto mais dinheiro em caixa, maior a possibilidade de aumentar a concessão de crédito. Na última quarta-feira, a mesma vara proibiu os bancos de aumentarem taxas de juros ou ampliarem exigências para concessão de crédito durante a crise do novo coronavírus. A decisão provisória atendeu pedido feito em uma ação popular também contra a União e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

MINIRREFORMA

Bolsonaro revoga MP do emprego verde e amarelo

DANIEL CARVALHO/ FOLHAPRESS

Sem conseguir convencer o Senado a votar nesta segunda-feira a medida provisória do Emprego Verde e Amarelo, o presidente Jair Bolsonaro (foto) informou que revogou o texto que reduz encargos para patrões que contratarem jovens no primeiro emprego e pessoas acima de 55 anos que estavam fora do mercado formal.

Uma nova MP deve ser editada para o período da calamidade pública em decorrência do coronavírus, de acordo com postagem do presidente.

"Diante da iminente caducidade da MP 905, optei por revogá-la, mediante entendimento com o presidente do Senado (Davi Alcolumbre)", escreveu Bolsonaro em uma rede social nesta segunda-feira. A medida provisória caducaria no fim do dia.

"Para criação de empregos, editaremos nova MP específica para tratar do contrato Verde e Amarelo durante o período de enfrentamento da Covid (Decleg 6/20)", prosseguiu o presidente na publicação.

Como o texto presidencial foi editado no ano passado, o Palácio do Planalto pode voltar a tra-

tar do assunto por MP neste ano legislativo.

Líderes partidários do Senado haviam feito o acordo na sexta-feira passada para não votar a medida provisória. A rebelião foi fruto principalmente dos ataques feitos pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, contra o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Naquele mesmo dia, porém, a equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) disse acreditar que ainda era possível tentar um diálogo com os senadores.

"Para não caducar, a gente tem confiança no Senado", disse, no fim da semana passada, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, segundo quem a MP é importante para o período de retomada após o período mais duro da pandemia de coronavírus.

"Tenho convicção que, assim como a Câmara se esforçou muito, ficou até tarde da noite

para votar a MP 905, tenho convicção que o Senado também o fará", afirmou Bianco na sexta.

Bolsonaro havia afirmado no último sábado que a MP seria votada pelo Senado nesta segunda. Questionado se havia feito

um acordo com o presidente do Senado para viabilizar a votação da MP a tempo, Bolsonaro respondeu que não tem nada contra o Senado. "O Davi é meu chapa", disse.

No domingo passado, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), escreveu em uma rede social que sugeriu para que Bolsonaro reeditasse sua minirreforma trabalhista, já indicando que a proposta não seria votada a tempo.

"Para ajudar as empresas a manter os empregos dos brasileiros, sugiro ao presidente Jair Bolsonaro que reedite amanhã a MP 905, do Contrato Verde e Amarelo. Assim, o Congresso Nacional terá mais tempo para aperfeiçoar

as regras desse importante programa", postou Alcolumbre em seu perfil na rede social.

Bandeira do governo neste período de pandemia, a MP já chegou no Senado sob polêmica dos líderes, que questionam o fato de ela alterar regras trabalhistas na esteira do estado de calamidade decretado pela pandemia causada pelo coronavírus.

Os líderes também criticam o tempo para a apreciação da medida, já que foi votada na terça-feira passada pela Câmara e logo encaminhada para apreciação no Senado, sem que os parlamentares tivessem tempo para análise.

Após a notícia da revogação, em nota, a presidência do Senado informou ter cancelado a sessão convocada para esta tarde.

"O presidente da República atendeu ao pleito manifestado pelo Senado e decidiu revogar a MP 905, do Contrato Verde e Amarelo, reeditando suas partes mais relevantes na sequência", diz o comunicado.

"Essa medida é importante para que o Congresso Nacional possa aperfeiçoar esse importante programa e garantir o emprego dos brasileiros", diz o comando do Senado.

BC

Bancos emprestaram quase 60% a mais para empresas em março

LARISSA GARCIA/FOLHAPRESS

Os empréstimos para as empresas aumentaram 58,4% entre 2 e 27 de março (10ª a 13ª semanas deste ano), em relação ao mesmo período do ano passado. Dados de crédito por semana foram divulgados nesta segunda-feira pelo Banco Central.

O intervalo compreende todos os dias úteis de março, quando as medidas de restrição para combater a propagação do novo coronavírus se intensificaram.

De acordo com o BC, além das medidas da autoridade monetária para injeção de liquidez no sistema financeiro, a alta pode ser explicada pelo movimento das grandes empresas que, no início da crise, tinham linhas pré-aprovadas e resgataram es-

ses créditos para fazer caixa.

Liquidez é a quantidade de dinheiro disponível nas instituições. Parte dos recursos dos bancos ficam presos em exigências do BC, como depósitos compulsórios.

A corrida enxugou os recursos do sistema financeiro e prejudicou os pequenos empresários, já que o custo dos empréstimos aumentou.

No mesmo período, as famílias pegaram 14,7% a mais de empréstimo que em 2019. O BC publicou dados de concessão de crédito livre, exceto cartão de crédito, das 13 primeiras semanas do ano.

Os bancos emprestaram R\$ 443,9 bilhões às empresas entre janeiro e o fim de março, ante R\$ 352,4 bilhões no mesmo período

de 2019. Já as famílias pegaram R\$ 290,3 bilhões, contra R\$ 267 bilhões no ano passado.

Nas semanas 10 e 11, quando nenhuma medida do BC tinha sido implementada, os empréstimos foram de R\$ 45,9 bilhões, nas mesmas semanas de 2019, para R\$ 78,3 bilhões, alta de 70,5%.

Entre as semanas 12 e 13, o volume aumentou ainda mais e foram R\$ 111,4 bilhões em crédito para pessoas jurídicas, mas a elevação em relação às mesmas semanas de 2019 foi menor, com 50,7%.

Para as famílias, nas semanas 10 e 11, foram R\$ 52,3 bilhões de financiamentos, contra R\$ 42,1 bilhões (24% a mais). Nas semanas 12 e 13, depois de implementadas as medidas de isola-

mento social, foram R\$ 43,4 bilhões, contra R\$ 41,3 bilhões, aumento de apenas 5%.

Em 16 de março, as medidas de restrição impostas pelo governo para conter a propagação do vírus foram intensificadas. Na ocasião, a autoridade monetária liberou R\$ 135 bilhões dos depósitos compulsórios dos bancos, primeira medida de injeção de liquidez no sistema financeiro.

Para tentar conter os efeitos da pandemia na economia, a autoridade monetária adotou medidas para diminuir essas obrigações e aumentar o volume de recursos disponíveis.

Quanto mais dinheiro em caixa, maior a possibilidade de aumentarem a concessão de crédito.

BEMISA HOLDING S/A
 CNPJ/MF 08.720.614/0001-50 - NIRE 33.3.0029879-7
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

 Ficam os Senhores Acionistas da Bemisa Holding S.A. ("Companhia") convocados, na forma do seu Estatuto Social, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que será realizada no dia 30 de abril de 2020, às 09:00 horas, de forma semipresencial, ocorrendo simultaneamente na sede da Companhia, no endereço: Avenida Rio Branco, nº 108, Sala 2501 - parte, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.040-001, e através de sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("Assembleia"): (a) Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado da Companhia, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (iii) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) Deliberar sobre a remuneração global da administração da Companhia para o exercício de 2020. (b) Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) Deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia para prever que o prazo de mandato dos Conselheiros será de 2 (dois) anos; (ii) Deliberar sobre a alteração do Estatuto Social para prever que as assembleias gerais de acionistas da Companhia serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias, independentemente da matéria; (iii) Deliberar sobre a proposta de grupamento das ações de emissão da Companhia; (iv) Deliberar sobre a proposta de aumento do capital social da Companhia, de acordo com os critérios de avaliação autorizados pelo artigo 170, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76; e (v) Deliberar sobre a reforma e consolidação do Estatuto Social para refletir as alterações objeto das deliberações propostas nos itens acima, caso aprovadas pelos acionistas da Companhia. **Informações Gerais:** Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas os documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia. Os Acionistas que desejarem ter acesso aos documentos relativos à Assembleia por meio digital poderão solicitá-los ao e-mail: juridico@bemisa.com.br, devendo indicar um e-mail para que lhe sejam enviados tais documentos. Os Acionistas que se fizerem representar por procurador deverão enviar cópia digitalizada dos instrumentos de mandato, acompanhados do documento de identificação do mandatário com foto e demais documentos comprobatórios dos poderes necessários à outorga do mandato, ao e-mail: juridico@bemisa.com.br, com 03 (três) dias de antecedência à data e horário de realização da Assembleia. Em razão da pandemia causada pelo Covid-19 (coronavírus) e a recomendação da Organização Mundial de Saúde - OMS para que seja evitada qualquer forma de aglomeração, a Companhia oferecerá a opção de participação virtual na Assembleia ora convocada, através do sistema Zoom, pelo qual os Acionistas poderão ver e serem vistos, ouvir e se manifestarem simultaneamente. Para tanto, os Acionistas interessados em participar da Assembleia desta forma devem entrar em contato com a Companhia, através do e-mail juridico@bemisa.com.br, para manifestar sua intenção de participar e votar na Assembleia de forma remota, com 03 (três) dias de antecedência à data e horário de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, encaminhando cópia digitalizada do seu respectivo documento de identificação com foto, para obter as orientações técnicas. Rio de Janeiro/RJ, 17 de abril de 2020. **Humberto José Rocha Braz** - Presidente do Conselho de Administração.